



**Coordenadores**  
Celia Regina de Lima Pinheiro  
José Edvaldo Pereira Sales  
Juliana Rodrigues Freitas

## CONSTITUIÇÃO E PROCESSO ELEITORAL

**Área específica**  
DIREITO ELEITORAL.

**Áreas afins**  
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Esta obra reúne eleitoralistas dos mais diversos estados brasileiros, com o objetivo de apresentar, em um só volume, o tema *Constituição e processo eleitoral*, demonstrando a diversidade de pensamento dos que lidam com essa matéria. Além disso, também oferece ao público leitor – magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores públicos, professores, estudantes e demais integrantes da sociedade – debates polêmicos e atuais, estritamente vinculados à relação entre Constituição e Eleições, todos abordados com rigor científico, associado à rotina acadêmica e forense, e atualizados à luz da legislação, da jurisprudência e dos questionamentos mais recentes.

**Público-alvo/consumidores**  
JUÍZES, PROCURADORES E PROMOTORES  
ELEITORAIS, MAGISTRADOS, SERVIDORES  
DA JUSTIÇA ELEITORAL E DO JUDICIÁRIO,  
CONTADORES, ADVOGADOS, PARTIDOS  
POLÍTICOS, ACADÊMICOS E PÚBLICO EM GERAL.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001495

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C756 Constituição e processo eleitoral / Celia Regina de Lima Pinheiro, José Edvaldo Pereira Sales, Juliana Rodrigues Freitas (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018. 406p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0571-1

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. I. Pinheiro, Celia Regina de Lima. II. Sales, José Edvaldo Pereira. III. Freitas, Juliana Rodrigues. III. Título.

CDD 341.82

CDU 342.8

**Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500**

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PINHEIRO, Celia Regina de Lima; SALES, José Edvaldo Pereira; FREITAS, Juliana Rodrigues (Coord.). *Constituição e processo eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 406p. ISBN 978-85-450-0571-1.

**Celia Regina de Lima Pinheiro** é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do TRE/PA.

**José Edvaldo Pereira Sales** é Doutorando em Direito (UFPA). Mestre em Direito (UFPA). Especialista em Direito Eleitoral (Unisul/SC). Promotor de Justiça do Estado do Pará.

**Juliana Rodrigues Freitas** é Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará, com pesquisa realizada na Universidade de Pisa, na Itália, e na Universidade Diego Portales, em Santiago, Chile. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará. Pós-Graduada em Direito do Estado pela Universidade Carlos III de Madri, Espanha. Advogada. Professora da Graduação e Mestrado do Centro Universitário do Pará.

APRESENTAÇÃO.....	11
O DIREITO ELEITORAL SOB A LENTE DA CONSTITUIÇÃO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ELEITORAIS E SUA BAIXA EFETIVIDADE NO CAMPO DA LEGISLAÇÃO E DA JURISDIÇÃO ELEITORAL	
<b>Eneida Desiree Salgado</b> .....	13
1 Os princípios por princípio.....	13
2 O princípio da autenticidade eleitoral .....	15
3 O princípio da liberdade para o exercício do mandato .....	19
4 O princípio da necessária participação das minorias do debate público e nas instituições políticas .....	21
5 O princípio da máxima igualdade na disputa eleitoral .....	23
6 O princípio da estrita legalidade em matéria eleitoral.....	25
7 A defesa dos fundamentos.....	27
Referências .....	27
JUSTIÇA ELEITORAL EM TRÊS MOMENTOS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	
<b>Rafael Morgental Soares</b> .....	29
1 Introdução.....	29
2 Primeiro ato: fundação.....	30
3 Segundo ato: afirmação .....	38
4 Função contenciosa.....	40
5 Função normativa .....	49
6 Terceiro ato: consolidação .....	63
7 Conclusões .....	77
Referências .....	79
DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS: OS DIREITOS POLÍTICOS COMO CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA O REGIME DEMOCRÁTICO E O DIREITO COMPARADO	
<b>Anderson Alarcon, Guilherme Barcelos</b> .....	83
Introdução.....	83
1 O que é isto, a democracia? .....	84
2 Democracia e soberania popular: como se materializa a soberania do povo? .....	88
3 Democracia e direitos políticos: os direitos políticos como condições de possibilidade para o regime democrático .....	94
4 Os direitos políticos no mundo – Algumas lições de direito comparado: a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	98
Conclusão.....	114
Referências .....	117
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARIDADE	
<b>Diana Patrícia Lopes Câmara</b> .....	119
1 O papel dos partidos políticos na consolidação da democracia .....	120
2 Políticas paritárias: mudanças em relação às mulheres.....	122
3 Paridade e necessidade de tratar de forma diferente os desiguais a fim de oportunizar a igualdade .....	124
4 Ações afirmativas para alcançar a paridade: estabelecimento de quotas, reserva de sexo e reserva de verbas do fundo partidário .....	126
5 Necessidade de democratizar o acesso das minorias e vulneráveis aos espaços de poder e fortalecer os partidos políticos.....	131

EMPODERAMENTO FEMININO: POR QUÊ? PARA QUÊ? QUE  
DIFERENÇA FARIAM MAIS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER?

<b>Geórgia Ferreira Martins Nunes, Margarete de Castro Coelho</b> .....	135	
1	Introdução.....	135
2	Empoderamento: da etimologia ao feminino.....	136
3	Políticas afirmativas de empoderamento feminino no Brasil e no mundo .....	139
3.1	Desafios da inclusão e permanência: caminhos para mudar o quadro de sub-representação feminina na política .....	145
3.2	A mudança de cenário na cúpula do Poder Judiciário brasileiro.....	148
3.3	O universo machista das empresas e as medidas de promoção feminina aos cargos de liderança .....	151
4	Que diferença fariam mais mulheres nos espaços de poder? .....	154
5	Conclusão.....	156
	Referências .....	158

COMPLIANCE DE PARTIDOS E CAMPANHAS: UM MECANISMO  
DE TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E DEMOCRACIA  
INTRAPARTIDÁRIA

<b>Paula Bernardelli</b> .....	161	
1	Os partidos políticos.....	161
2	Tratamento constitucional dos partidos políticos.....	162
3	Natureza jurídica dos partidos políticos .....	169
4	Transparência, democracia interna e controle social dos partidos políticos.....	171
5	A aplicabilidade do <i>compliance</i> aos partidos políticos e às campanhas eleitorais .....	174
	Referências .....	177

O EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO NO PROCESSO  
DEMOCRÁTICO A PARTIR DE CANDIDATURAS AVULSAS:  
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE

<b>Orlando Moisés Fischer Pessuti, Rafael Balbinotte Wincardt</b> .....	179	
1	Introdução.....	179
2	Convenção Americana de Direitos Humanos: a exigência da filiação partidária pode ser flexibilizada?.....	181
3	A fundamentalidade decorrente do art. 14, §3º, V e a impossibilidade das candidaturas sem partido.....	187
4	As implicações e consequências: uma análise crítica .....	191
5	Conclusão.....	195
	Referências .....	196

SISTEMA PROPORCIONAL BRASILEIRO E LEI Nº 13.488/2017:  
UMA ANÁLISE DA MODIFICAÇÃO DO ART. 109, §2º, DO  
CÓDIGO ELEITORAL

<b>Polianna Pereira dos Santos, Júlia Rocha de Barcelos, Nicole Gondim Porcaro</b> .....	199	
1	Introdução.....	199
2	Sistemas eleitorais.....	201
2.1	Distribuição das vagas no sistema proporcional brasileiro	203
3	Reforma de 2017: a Lei nº 13.488/2017 e o PL nº 8.612/2017.....	208
3.1	Quociente eleitoral e cláusula de barreira.....	213
4	Aplicação da nova redação do §2º do art. 109, do CE ao resultado das eleições de 2014: análise de dados .....	216
4.1	Metodologia.....	216
4.2	Votação nominal mínima .....	217
4.3	Distribuição de vagas remanescentes.....	219

5	Considerações finais.....	224
	Referências .....	227
<b>ELEIÇÕES 2.0: A CONEXÃO ENTRE PROCESSO ELEITORAL E TECNOLOGIA</b>		
	<b>Diogo Rais .....</b>	<b>231</b>
	Introdução.....	231
1	Antes da eleição.....	232
2	Na eleição .....	233
3	Na campanha eleitoral.....	236
3.1	<i>Big data</i> .....	241
3.2	<i>Fake news</i> .....	244
4	Na fiscalização .....	248
	Conclusão.....	249
	Referências .....	250
<b>A TUTELA PREVENTIVA COMO INSTRUMENTO CAPAZ DE GARANTIR O DEVIDO PROCESSO ELEITORAL: DO CARÁTER NÃO ABSOLUTO DA LIBERDADE À INFORMAÇÃO AO CONTROLE DO CONTEÚDO DAS <i>FAKE NEWS</i></b>		
	<b>Juliana Rodrigues Freitas, Luiz Fernando Casagrande Pereira.....</b>	<b>253</b>
1	Introdução.....	253
2	A liberdade de informação e a sua indispensabilidade para o devido processo eleitoral.....	254
3	A responsabilidade política como responsabilidade coletiva: um olhar sob a perspectiva de Hannah Arendt ...	263
4	A tutela preventiva como mecanismo de proteção da disseminação das <i>fake news</i> e instrumento de garantia do devido processo eleitoral.....	266
5	Conclusão.....	270
	Referências .....	271
<b>O PROTAGONISMO DO PODER JUDICIÁRIO NO ÂMBITO DA AIME E DA AIJE</b>		
	<b>Andréa Ribeiro de Gouvêa .....</b>	<b>273</b>
1	Introdução .....	273
2	Objetivo do presente trabalho.....	275
3	Da atuação do Poder Judiciário no âmbito da AIME .....	277
3.1	Do rito, da legitimidade ativa, da natureza da sanção .....	277
3.2	Das hipóteses de cabimento .....	278
3.3	Dos efeitos da procedência .....	280
4	As causas de pedir da AIJE e a jurisprudência eleitoral ....	283
5	Conclusão.....	287
	Referências .....	287
<b>DO RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA</b>		
	<b>Ludgero Liberato .....</b>	<b>289</b>
1	Introdução.....	289
2	O papel do RCED no sistema processual eleitoral ao longo da história.....	289
3	Natureza jurídica.....	299
4	Legitimados .....	300
5	Causa de pedir (cabimento).....	306
5.1	Inelegibilidade superveniente.....	306
5.2	Inelegibilidades constitucionais.....	308
5.3	Ausência de condição de elegibilidade .....	308
6	Prazo.....	310
7	Competência.....	310
8	Procedimento .....	312
9	Efeitos da decisão.....	312

10	Recurso .....	316
	Referências .....	316
<b>UM BREVE ENSAIO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE DOAÇÃO ELEITORAL</b>		
	<b>Ana Claudia Santano, Kamile Moreira Castro .....</b>	<b>319</b>
1	Introdução.....	319
2	Doações de pessoas físicas: o que mudou nas últimas reformas?.....	321
3	A identificação da doação irregular – A questão do sigilo.....	324
4	A multa e o seu efeito (pseudo) dissuasório.....	326
5	A conturbada questão da competência.....	332
6	O excesso de doação na jurisprudência – Outras situações diversas.....	335
7	Considerações finais.....	338
	Referências .....	339
<b>A AÇÃO PENAL ELEITORAL E SEUS CONTEXTOS</b>		
	<b>José Edvaldo Pereira Sales.....</b>	<b>343</b>
	Introdução.....	343
1	O ponto de partida da ação penal eleitoral: os crimes eleitorais.....	344
2	A fase preliminar da ação penal eleitoral: a investigação dos crimes eleitorais .....	345
2.1	O procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público e os crimes eleitorais .....	348
3	A prisão em flagrante e a audiência de custódia em casos de crimes eleitorais .....	350
4	A ação penal eleitoral e suas feições.....	351
4.1	Aspectos gerais e peculiaridades.....	351
4.2	Ação penal eleitoral: seus lugares e modos de propositura .....	356
4.3	Ação penal eleitoral e os casos de corrupção eleitoral ativa e passiva .....	360
5	As reformas no Código de Processo Penal e o Novo Código de Processo Civil e seus reflexos no processo penal eleitoral.....	361
6	A urgente necessidade de revisão/racionalização (redução) dos crimes eleitorais e seus consequentes efeitos na investigação policial e nas ações penais eleitorais .....	364
	Conclusão.....	366
	Referências .....	367
<b>PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO: EFEITOS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL E HIPÓTESES DE CONTROLE JUDICIAL MEDIANTE O INSTRUMENTO DA REPRESENTAÇÃO</b>		
	<b>Frederico Franco Alvim, Alexandre Basílio Coura, Murilo Salmito Nolêto .....</b>	<b>369</b>
1	Introdução.....	369
2	Os efeitos das pesquisas de intenção de votos sobre o comportamento eleitoral .....	370
2.1	Efeito de variação estratégica .....	372
2.2	Efeito de desmobilização.....	374
2.3	Efeito de engajamento.....	375
2.4	Efeito de contágio ( <i>bandwagon effect</i> ).....	375
2.5	Efeito de solidariedade com a rejeição ( <i>underdog effect</i> ).....	376
2.6	A extensão concreta dos impactos produzidos pelas pesquisas eleitorais .....	377
3	Falibilidade e confiabilidade das pesquisas de intenção de voto .....	381

4	O controle judicial sobre as pesquisas de intenção de voto .....	384
4.1	Introdução.....	384
5	Impugnações e representações à pesquisa eleitoral.....	386
5.1	Acesso aos dados internos de controle .....	386
5.2	Impugnação ao registro ou à divulgação de pesquisa .....	388
5.3	Impugnação à divulgação de pesquisa sem as informações obrigatórias.....	391
5.4	Divulgação de enquetes eleitorais.....	393
5.4.1	Enquetes e as mídias sociais .....	396
6	Suspensão de pesquisas eleitorais no exercício de poder de polícia do juiz .....	397
7	Conclusão .....	398
	Referências .....	399
	 SOBRE OS AUTORES.....	 403